

86^ª + SBEn

SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

CADERNO DE DICAS

ORGANIZADORAS

LIVIA ANGELI-SILVA
JAMILLI SILVA SANTOS
ALINE MACÊDO DE QUEIROZ
ÉRICA ROSALBA MALLMANN DUARTE

SÉRIE
SEMANA BRASILEIRA
DE ENFERMAGEM
VOLUME 2 • 2025



SAÚDE PLANETÁRIA

DESAFIOS E A ATUAÇÃO
CRÍTICA DA ENFERMAGEM



CADERNO DE DICAS

SÉRIE SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM
VOLUME 2

SAÚDE PLANETÁRIA

DESAFIOS E A ATUAÇÃO CRÍTICA DA ENFERMAGEM

ORGANIZADORAS

LIVIA ANGELI-SILVA
JAMILLI SILVA SANTOS
ALINE MACÊDO DE QUEIROZ
ÊRICA ROSALBA MALLMANN DUARTE

BRASÍLIA, DF



2025



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENFERMAGEM**

**Diretoria ABEn Nacional
Gestão 2022/2025**

Jacinta de Fátima Senna da Silva

Presidente

Sônia Maria Alves

Vice-Presidente

Rosalina Aratani Sudo

Secretária Geral

Aline Macêdo de Queiroz

Diretora do Centro Financeiro

Livia Angeli Silva

Diretora do Centro de Desenvolvimento da Prática
Profissional e do Trabalho de Enfermagem

Èrica Rosalba Mallmann Duarte

Diretora do Centro de Publicações e Comunicação Social

Cássia Barbosa Reis

Diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem

Célia Alves Rozendo

Diretora do Centro de Educação em Enfermagem

CONSELHO FISCAL – TITULARES

Fidélia Vasconcelos de Lima

Maria do Amparo Oliveira

Keli Marini dos Santos Magno

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

Sandra Maria Cezar Leal

Lucília de Fátima Santana Jardim

L2 Norte, SGAN 603, Conjunto B, Asa Norte
Brasília/DF • CEP 70830-102
Telefone: +55 (61) 3226-0653
E-mail: aben@abennacional.org.br



abennacional.org.br



abennacionaloficial



abennacional



@abennacionaltv

Editora ABEn

ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Èrica Rosalba Mallmann Duarte

Diretora do Centro de Publicações e Comunicação Social
Conselho Consultivo da Editora ABEn

Ivone Evangelista Cabral

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Coordenadora Executiva

Márcia de Assunção Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Editora Científica

EDITORAS ASSOCIADAS

Candida Caniçali Primo

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Maria da Graça Oliveira Crosseti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elizabeth Teixeira

Universidade do Estado do Pará, Brasil

Renata de Moura Bubadué

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

CONSELHEIROS EDITORIAIS

Kênia Lara da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Luciana Puchalski Kalinke

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Marcos Venícios de Oliveira Lopes

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Maria Itayra Coelho de Souza Padilha

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Márcia Bachion

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Cristina Lavareda Baixinho

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Portugal

Isabel Alvarez Solorza

Universidad Autónoma del Estado de México, México

Jocelyn Ramon Rojas

Universidad Nacional Mayor de San Marcos: LIMA, Peru

Julia Maricela Torres Esperón

Escuela Nacional de Salud Pública, Cuba

GRUPO DE TRABALHO ORGANIZAÇÃO DA 86ª SBEn

Portaria ABEn Nacional Nº 099 de 14 de Janeiro de 2025

COORDENAÇÃO

Livia Angeli Silva

Diretora de Desenvolvimento da Prática Profissional e do Trabalho em Enfermagem
ABEn Nacional | Seção Bahia

MEMBROS

Aline Macêdo de Queiroz

Diretoria Nacional | Seção Pará

Cássia Barbosa Reis

Diretoria Nacional | Seção Mato Grosso do Sul

Célia Alves Rozendo

Diretoria Nacional | Seção Alagoas

Érica Rosalba Mallmann Duarte

Diretoria Nacional | Seção Rio Grande do Sul

Rosalina Aratani Sudo

Diretoria Nacional | Seção Distrito Federal

Sônia Maria Alves

Diretoria Nacional | Seção Rio de Janeiro

REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE

Diego Stefan Catani

Seção São Paulo

Solange Gonçalves Belchior

Seção Rio de Janeiro

REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE

Jamilli Silva Santos

Seção Bahia

Renan Alves Silva

Seção Paraíba

REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO NORTE

Gisele Reis Dias

Seção Amazonas

William Dias Borges

Seção Pará

REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Juliana Martins de Souza

Região Centro Oeste

REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO SUL

Marcos Barragan da Silva

Seção Sul

ABEn • BRASÍLIA • 2025

Direito de reprodução do livro: Qualquer parte desse livro pode ser reproduzida desde que citada a fonte. Este trabalho está licenciado sob CC BY 4.0© 2 por Associação Brasileira de Enfermagem.



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.

COMO CITAR

ANGELI-SILVA, Livia *et al.* (org.). **Saúde planetária: desafios e a atuação crítica da Enfermagem**. Brasília, DF: ABEn, 2025. *E-book* (51 p.). (Semana Brasileira de Enfermagem,v.2).

REVISORES

Célia Alves Rozendo

Jacinta de Fátima Senna da Silva

Baum Soluções Informacionais

Ana Claudia Philippi Pizzorno CRB 14/525

Tatyane Barbosa Philippi CRB 14/735

PRODUÇÃO

Paulo Roberto Pinto | Projeto gráfico e diagramação

Aline Macêdo de Queiroz | Projeto gráfico da capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S255 Saúde planetária [recurso eletrônico] : desafios e a atuação crítica da Enfermagem / organizadoras Livia Angeli-Silva, Jamilli Silva Santos, Aline Macêdo de Queiroz, Érica Rosalba Mallmann Duarte. – Brasília, DF : ABEn, 2025.
(Semana Brasileira de Enfermagem ; v. 2)

Documento de apoio para realização da 86ª Semana Brasileira de Enfermagem – SBEn. Tema abordado: Saúde planetária.
ISBN 978-65-89112-24-2

I. Enfermagem. 2. Saúde ambiental, 3. Ecologia humana 4. Sustentabilidade e meio ambiente. 5. Saúde pública. 6. Trabalho -Aspectos sociais.

CDD (22. ed.) 610.73

Ana Cláudia Philippi Pizzorno - Bibliotecária CRB 14/525

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM	4
APRESENTAÇÃO DO TEMA DA 86ª SBEn	6
QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS	11
OBJETIVOS DA 86ª SBEn	12
TEXTOS DE REFLEXÃO	13
PENSAR A ENFERMAGEM NA PERSPECTIVA DA SAÚDE PLANETÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO COTIDIANO	14
CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM PARA A CULTURA DO CUIDADO E A SAÚDE PLANETÁRIA	25
EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA EM ENFERMAGEM: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE PLANETÁRIA	29
O TRABALHO EM UM MUNDO MERGULHADO EM MÚLTIPLAS CRISES	35
MATERIAIS PARA CONSULTA E APROFUNDAMENTO SOBRE O TEMA	43
ARTIGOS	43
DEMAIS PUBLICAÇÕES ESCRITAS	44
OUTROS MATERIAIS	44
ASPECTOS OPERATIVOS E ORGANIZACIONAIS DA 86ª SBEn	45
ASPECTOS ESSENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DA SBEn	45
PROGRAMAÇÃO NACIONAL	45
ATIVIDADES PROPOSTAS	46
PLATAFORMAS DIGITAIS	47
ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	48
SUGESTÕES	48
ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS PELAS SEÇÕES ESTADUAIS DA ABEn	50

APRESENTAÇÃO DA SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

A Semana Brasileira de Enfermagem (SBEn), comemorada anualmente no período de 12 a 20 de maio, tem em seu início a data de aniversário de Florence Nightingale e em seu término, a data de falecimento de Anna Nery, duas personalidades históricas da Enfermagem. Como outros marcos institucionais reconhecidos pelo Estado brasileiro, a SBEn é a expressão concreta da atuação da ABEn no fortalecimento do campo profissional da enfermagem no País.

Idealizada pela diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery e personagem histórica da ABEn, Laís Netto dos Reys, a SBEn teve sua primeira edição naquela instituição em 1940, dois anos após a publicação do Decreto nº. 2.956, de 10 de agosto de 1938 que instituiu o Dia da Enfermeira. Alguns anos depois as seções estaduais da ABEn passaram a organizar programas comemorativos, em colaboração com as escolas de Enfermagem, e essas comemorações passaram a ser realizadas em todas as unidades da Federação.

Em 1958 a assembleia geral da ABEn, presidida por Marina de Andrade Resende, recomendou a oficialização da Semana da Enfermagem, visando a “união de todos aqueles que formavam a equipe de enfermagem e que militavam nos serviços de saúde”. Em 12 de maio de 1960, por meio do Decreto nº 48.202/1960, o presidente da república Juscelino Kubitschek oficializou a Semana de Enfermagem com o objetivo de “promover o conagraçamento entre profissionais de Enfermagem, através de encontros científicos, culturais e sociais”, expandindo a experiência da iniciativa da ABEn a todas as organizações e instituições que tenham relações com o campo da Enfermagem no Brasil.

Todos os anos, desde 1940, a ABEn reitera esse ato político que se tornou uma tradição entre as(os) profissionais de Enfermagem e as instituições que empregam e realizam a formação dessa força de trabalho no país. A Semana Brasileira de Enfermagem, promovida pela ABEn, é considerada um dos meios mais importantes de divulgação e debates sobre as principais questões deste campo profissional no território nacional. Em 2025 será comemorada a sua 86ª Edição, cujo tema central será “Saúde planetária: desafios e a atuação crítica da Enfermagem”.

O Caderno de Dicas, que vem sendo publicado em formato de e-book nos últimos anos, é um valioso instrumento para apoiar as instituições a manterem viva essa tradição que contribui para o reconhecimento e o fortalecimento da Enfermagem brasileira. E

neste ano, essa publicação ganha um novo status. Diante da sua frequência regular anual e da importância da SBEEn para o campo científico da enfermagem, a partir desse volume, foi transformada na série “Semana Brasileira de Enfermagem”, visando reconhecer os créditos dos(as) organizadores(as) e autores(as), além de potencializar a difusão e armazenamento de dados dessa publicação.

REFERÊNCIAS

- . CARVALHO, Anaide Correia de. **Associação Brasileira de Enfermagem**: 1926/1976: Documentário. Brasília, DF: Ed ABEn, 1976.
- . SILVA Maria Therezinha Nóbrega da. Semana Brasileira de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 50, n. 2, p. 151-152, jun. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71671997000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/GLvYKqvB4Mqy8WQckvpWKph/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

APRESENTAÇÃO DO TEMA DA 86ª SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), a cada ano, discute e define em assembleia com o conjunto de delegadas(os) das seções estaduais o tema central da Semana Brasileira de Enfermagem (SBEn). Em 2025, o tema que conduzirá as discussões das atividades da semana é “Saúde planetária: desafios e a atuação crítica da Enfermagem”.

Este tema é relevante no cenário atual, marcado pelas crescentes alterações climáticas com a ocorrência cada vez mais frequente de longos períodos de secas, inundações, ondas de calor, entre outros. A degradação dos ecossistemas representa consequências irreparáveis à saúde pública, a qual está indissociavelmente ligada à saúde planetária, cujas repercussões são prejudiciais à sobrevivência da biodiversidade.

Esses eventos catastróficos mais visíveis são somente a ponta do iceberg das consequências da forma de ser e existir predominante no mundo atual, na qual a superexploração das pessoas e dos recursos naturais é a regra. Nesse contexto, não é só o meio ambiente que está sendo degradado, mas as relações entre as pessoas e das pessoas com os demais seres vivos.

Nos últimos dez anos o debate em torno do desenvolvimento sustentável tem se aprofundado, diante dos impactos sem precedentes das atividades humanas nos ecossistemas e dos riscos acarretados à própria sobrevivência das pessoas, neste período histórico. Diante do fato que a humanidade é responsável pelas mudanças no planeta, as questões ambientais têm sido cada vez mais analisadas e incluídas nas discussões que envolvem processos de saúde e doença, impondo-se a reflexão sobre quais são as necessidades atuais prementes e como estas devem ser atendidas para não comprometer o bem-estar e a saúde das gerações futuras (Backes *et al.*, 2024; Moraes Filho; Tavares, 2024).

Nesse cenário, configurou-se um movimento global em torno do desenvolvimento de soluções baseadas em evidências que visam minimizar os problemas ambientais causados pelas alterações climáticas/ambientais. Assim, a saúde planetária revelou-se um campo de investigação que se baseia na atenção cuidadosa aos aspectos políticos,

econômicos e socioambientais e repensa o futuro da Terra, respaldando a convivência harmônica entre todos os seres habitantes neste planeta (Moraes Filho; Tavares, 2024).

Whitmee *et al.* (2015, p. 1978), por sua vez, definem saúde planetária como

a busca do mais alto padrão atingível de saúde, bem-estar e equidade em todo o mundo através da atenção judiciosa aos sistemas humanos – políticos, econômicos e sociais – que constroem o futuro da humanidade e dos sistemas naturais da Terra e que definem os limites seguros dentro dos quais a humanidade pode florescer.

Partindo dessa concepção, promover a saúde planetária é um movimento que requer atuação crítica, compreensão dos múltiplos fatores que a envolvem e rompimento com a alienação que faz com que os indivíduos naturalizem processos que comprometem a vida em suas diferentes formas. Mas esse não é um movimento simples, pois a atuação crítica requer outras formas de pensar e de agir, que compreenda a disposição para novas formas de ser e estar no planeta. Exemplo clássico dessa dificuldade é vivenciado atualmente, quando mesmo estando sob impactos das recentes emergências ambientais, alta incidência de doenças mentais e pandemias, percebe-se que a humanidade pouco aprendeu com tudo isso e continua vivendo como antes e reproduzindo práticas e sistemas opressores que intensificam todos esses problemas.

Essas discussões, entretanto, não são novidade para o campo profissional de Enfermagem, que há mais de 100 anos demonstrou a importância do desenvolvimento de ambientes saudáveis e sustentáveis à saúde e ao bem-estar das pessoas. É amplamente reconhecido na literatura científica o trabalho pioneiro de Florence Nightingale no tratamento de feridos em batalhas, na Guerra da Crimeia, quando destacando-se como uma das teóricas mais bem sucedidas na ampliação do conceito de saúde e na indução de boas práticas relacionadas à saúde ambiental, tais como a higiene, limpeza, saneamento e outros (Backes *et al.*, 2024).

Assim, como protagonista e agente reformador do cuidado em saúde, o campo profissional da enfermagem é desafiado a integrar-se ao debate em torno da saúde planetária não apenas no que se refere à assistência direta aos indivíduos atingidos pelas emergências sanitárias derivadas dos eventos climáticos extremos, cada vez mais comuns, mas também na produção de conhecimento e reflexão crítica que mobilizem seus atores a repensarem suas relações com as diversas formas de vida do planeta e sua forma de estar no mundo, tendo em vista uma atitude ética, cidadã e visionária.

É fundamental, para tanto, que a Enfermagem inclua nos currículos de graduação e pós-graduação o desenvolvimento sustentável/solidário e desenvolva mecanismos de educação permanente com foco nas habilidades e competências necessárias para um pensar e agir indissociável entre saúde pública e saúde planetária (Backes *et al.*,

2024). Para tanto, requer a discussão das questões mais amplas e multidimensionais que envolvem tal problemática, mas é essencial tratar a identidade da Enfermagem e sua forma singular de contribuir para o enfrentamento desta questão. Isso inclui o lugar interprofissional da formação de novos sujeitos, que é um dos lugares mais potentes para promover transformações e ampliação de conhecimento. Entretanto, é importante identificar em quais cenários da prática profissional as(os) trabalhadoras(es) em enfermagem, por terem mais responsabilidade, exercem protagonismo e liderança.

É salutar ressaltar que, no contexto de superexploração do trabalho, é comum e interessa ao *status quo* a invisibilidade de alguns sujeitos. Em se tratando de um campo profissional interseccionado por fatores de raça e gênero, o apagamento do trabalho em Enfermagem é uma prática comum. Portanto, não basta 'cumprir a tarefa' de promover a saúde planetária, mas que esse trabalho seja creditado às trabalhadoras(es) em Enfermagem e seja elemento de agregação de valor social e econômico.

Ademais, considerando que o enfrentamento das questões referentes à saúde planetária não se completa com iniciativas apenas no plano individual ou voluntarista, é preciso lutar por políticas públicas transeitoriais. E nesse quesito é fundamental a participação do campo da enfermagem na formulação das políticas e identificação das melhores possibilidades de fazer isso. Nesse aspecto, vale ressaltar a importância de políticas que impactam diretamente na preservação do planeta e de seus elementos constituintes. Isso perpassa pela necessidade de impulsionar a educação transformadora, além da reestruturação do mundo do trabalho que venham a combater a superexploração e as condições precárias e seus impactos na vida das pessoas e utilização dos recursos naturais.

Nesse sentido, a 86ª SBEn aposta em uma agenda positiva que tenha como elementos essenciais o trabalho digno, a soberania dos povos, a soberania alimentar, a sustentabilidade ambiental e a solidariedade. E para contribuir com esse debate, este *e-book* conta com quatro capítulos de textos de reflexão, que foram produzidos por autores convidados, com o intuito de embasar as discussões dos eixos em que se desdobra o tema principal, abordado no primeiro volume da série.

Os eixos e suas respectivas ementas podem ser conferidos na figura 1, a seguir.

FIGURA 1: EIXOS TEMÁTICOS DA 86ª SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. BRASÍLIA, BRASIL, 2025.

Eixo 1	Práticas em enfermagem nos múltiplos cenários de atuação que promovem a saúde do planeta;
Ementa:	A prática cotidiana das trabalhadoras em enfermagem e seu papel transformador em contraposição à histórica invisibilidade; utilização responsável e sustentável dos recursos nos serviços de saúde, principalmente naqueles lugares onde temos maior responsabilidade (Ex: processamento de artigos, descarte de lixo, produção de dispositivos de cuidado, etc.); impactos das alterações climáticas nos cenários de cuidado em enfermagem: dos ambientes do campo aos centros urbanos brasileiros.
Eixo 2	Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas;
Ementa:	Educação e letramento em saúde planetária; desafios para formação e educação permanente; múltiplos olhares para as diversas realidades ambientais; o ensino e sua potência para a transformação e ampliação do conhecimento e conscientização; processo formativo de profissionais em enfermagem com o papel social de agentes de transformação.
Eixo 3	As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária;
Ementa:	Reestruturação do mundo do trabalho e acumulação do capital e as formas como isso afeta a vida do planeta; condições de trabalho e contexto de precarização que atendem às necessidades do capitalismo; influência do modelo neoliberal sobre o processo de trabalho da enfermagem; mundialização do capital e as consequências para a saúde e para as trabalhadoras do campo da enfermagem; condições de trabalho e a saúde das trabalhadoras e suas formas de viver e conviver no planeta.

Convidamos, portanto, toda a Rede ABEn® e seus parceiros a construir mais uma SBEn® potente e mobilizadora!!!!!!

REFERÊNCIAS

- BACKES, Dirce Stein; HALMENSCHLAGER, Roseléia Regina; CASSOLA, Talita Portela; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; HÄMEL, Kerstin; COSTENARO, Regina Gema Santini.. Indissociabilidade entre saúde pública, saúde planetária e processo de enfermagem: premissa para o desenvolvimento sustentável. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 58, e20240026, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2024-0026>enDisponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ynN95s8yMmyFhZxtxk6r9fR/?lang=en#>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- MORAES FILHO, Iel Marciano de; TAVARES, Giovana Galvão. Enfermagem atual e futura na promoção da saúde planetária: atuação para o desenvolvimento sustentável. **Texto & Contexto -Enfermagem**, Florianópolis, v. 33, e20230415, 2024. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0415pt>.Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/pqG5cttzMbrBdfbSQs7qmtQ/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

- . WHITMEE S, Sarah et al. Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. **The Lancet**, London, v. 386, n. 10007, p. 1973-2028, Aug. 2015. DOI: [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60901-1](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60901-1) Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)60901-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)60901-1/fulltext). . Acesso em: 25 mar. 2025.

QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS

- ✓ Como a Enfermagem pode contribuir para a promoção da saúde planetária nos diversos cenários de atuação?
- ✓ Em quais espaços temos papel protagonista e de liderança nesse processo de transformação das práticas em saúde para o cuidado do planeta em sua totalidade?
- ✓ As(os) trabalhadoras(es) em Enfermagem direcionam o seu olhar crítico para as diversas realidades ambientais e os desafios para o cuidado?
- ✓ O processo formativo das(os) profissionais em Enfermagem favorece o papel social de agentes de transformação?
- ✓ Como a educação pode forjar novos olhares e novos sujeitos para a promoção da saúde do planeta?
- ✓ Como a Enfermagem pode se fazer mais presente e participe na formulação das políticas voltadas à promoção da saúde planetária?
- ✓ O que temos aprendido com as emergências ambientais e sanitárias recentes?
- ✓ De que maneira a reestruturação do mundo do trabalho impacta na saúde do planeta?
- ✓ Como podemos contribuir mais efetivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030?
- ✓ Como romper com a ação/atuação alienada e alienante das trabalhadoras(es) em Enfermagem?
- ✓ Quais estratégias podem contribuir para a ação e educação política do campo da enfermagem?

OBJETIVOS DA 86ª SBEn®

- ✓ Proporcionar espaços de amplo debate e reflexão acerca da atuação da Enfermagem na promoção da saúde planetária;
- ✓ Estimular todas as categorias do campo da Enfermagem a refletirem sobre sua atuação e como contribuir com a saúde planetária e o fortalecimento da democracia;
- ✓ Contribuir para reflexões acerca da transformação no processo de formação em Enfermagem para promoção da saúde planetária;
- ✓ Refletir sobre os impactos das mudanças nas relações de trabalho no campo profissional de Enfermagem;
- ✓ Favorecer maior intercâmbio entre as diversas trabalhadoras e trabalhadores em Enfermagem, buscando, ainda, promover maior aproximação entre as instituições de ensino e os serviços de saúde;
- ✓ Estimular trabalhadoras, trabalhadores e estudantes de todas as categorias do campo da Enfermagem para repensarem sua prática e se engajarem na Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn®);
- ✓ Proporcionar espaços de escuta qualificada para o aperfeiçoamento e o repensar da nossa prática associativa e o fortalecimento da democracia;
- ✓ Promover inquietações no campo da Enfermagem com vistas a sensibilizar sujeitos para protagonizar lutas e se engajarem em movimentos pela valorização do próprio campo, mas também aqueles que buscam conquistas sociais mais amplas e que rompam as estruturas que sustentam modelos de atenção à saúde sob as bases biomédicas e modos de vida centrados na superexploração das pessoas e dos recursos naturais.

TEXTOS DE REFLEXÃO

Nos quatro capítulos seguintes, são apresentados textos que foram cuidadosamente elaborados para contribuir com o aprofundamento do debate sobre o tema central da 86ª SBEn e convida a cada leitor(a) a uma reflexão crítica sobre os seus três eixos.

No texto 1, as autoras apresentam de forma panorâmica o tema central e tocam profundamente nas principais questões que levaram à escolha da saúde planetária como objeto de debate para a enfermagem brasileira em 2025. No texto 2, a autora provoca o(a) leitor(a) do campo da enfermagem a repensar sua prática, naquilo que compromete a vida no planeta, chamando a atenção do impacto ambiental que a sociedade tem sofrido, além de apontar responsabilidades de diversos setores no sentido de reverter esse cenário.

O texto 3 aborda a importância da educação transformadora para a formação de sujeitos emancipados e comprometidos com a saúde planetária e faz um paralelo com os movimentos atuais em torno da formação em enfermagem no nível médio e da graduação. E, por fim, o texto 4 traz reflexões do campo das ciências sociais, que ajudam a compreender as mudanças no mundo do trabalho e as diversas consequências da acumulação capitalista, assim como os desafios das(os) trabalhadoras(es) para enfrentar a superexploração e construção de alternativas do modo de vida e de organização social.

PENSAR A ENFERMAGEM NA PERSPECTIVA DA SAÚDE PLANETÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO COTIDIANO

Regina Maria dos Santos

Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas / ABEn seção AL
relpesantos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2144-2997>

Lenira Maria Wanderley Santos de Almeida

Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas / ABEn seção AL
leniramsalmeida@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3598-6098>

Mais uma vez a Associação Brasileira de Enfermagem decidiu em Assembleia Nacional de Delegados escolher um tema de alta relevância para ser discutido na 86ª Semana Brasileira de Enfermagem, optando por questões que no futuro responderão pela sobrevivência da vida no planeta Terra. Hoje, danos irreparáveis à natureza já fazem parte dos noticiários, afetando o clima, alterando a geografia com consequências desastrosas para a fauna, a flora e o ambiente em diversos locais.

COMO ESTAMOS NO MUNDO DE HOJE E O MODELO DE SOCIEDADE QUE CAUSOU E SUSTENTA ESTA REALIDADE

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem apresentado dados assustadores sobre a deterioração das condições de vida na Terra, haja vista o aumento do nível do mar, o desequilíbrio entre secas e inundações e outros fenômenos naturais, cujas causas passam pelo processo de industrialização, uso de combustíveis fósseis e desmatamento das florestas que ainda resistem. O agronegócio, responsável pela exploração do solo e pelas queimadas continuam destruindo as matas, aumentando pastagens que trarão a desertificação de terras antes férteis além de comprometer os alimentos pelo uso de fertilizantes e inseticidas, trazendo consigo doenças e extermínio das formas naturais de polinização e reprodução do reino vegetal.

A recusa das grandes nações industrializadas em substituir o petróleo e seus derivados por fontes renováveis de energia, em especial os Estados Unidos, poluem de tal forma a atmosfera terrestre que logo o oxigênio será o mais precioso bem a ser negociado em mesas de obscuros negócios. Já se vislumbra essa possibilidade pela

negociação entre países pelas taxas de produção de gás carbônico. O plástico já se provou ser mais nocivo do que útil e o modo de viver em grandes conglomerados urbanos vem esgotando sua capacidade de promover o bem viver das pessoas. A produção de lixo urbano e industrial é um pesadelo que as iniciativas de reaproveitamento não conseguem dar conta.

A base de toda essa situação é o modelo de sociedade que a humanidade escolheu para viver, com a economia capitalista cuja capacidade de promover a mais profunda desigualdade concentra na mão de três ou quatro miliardários mais de 50% de todo capital acumulado, condenando 70% dos demais humanos a passarem por todo tipo de necessidade. Outros dados estatísticos sobre a distribuição da pobreza no mundo deixariam os leitores no mínimo desesperançados, somente porque as forças para resistir e lutar por dignidade são minadas pelos preços da cesta básica, pela inflação que volta a assombrar os trabalhadores e enriquecer mais os empregadores (Aqui estão os grandes latifundiários, os empresários e os banqueiros, entre outros poucos).

Este modelo de sociedade todo dia se prova não ser compatível com a justiça social nem com a proteção do planeta. No entanto, por mais que se apresentem alternativas de organização social, a propaganda ideológica assentada no consumo desenfreado e na débil observância de princípios éticos fundamentais impedem que mudanças profundas permitam a permanência da humanidade neste ambiente.

Neste cenário de iniquidade, a diferença entre as classes se aprofunda assim como a oferta e procura de emprego guardam distâncias difíceis de transpor. Por um lado, procura-se trabalhadores superespecializados, versáteis, que dominem as línguas prevalentes do mercado e a linguagem cibernética. De outro estão os salários inferiores ao grau de preparação desses trabalhadores, a jornada de trabalho vem disfarçada de "horário livre" para esconder a presença no trabalho quase ininterrupta.

Da mesma forma, para o trabalho rotineiro e para a prestação de serviços, admitem-se trabalhadores com pouca preparação, pagando-se remuneração irrisória em contratos precarizados, com jornadas exaustivas, sem direitos trabalhistas, sem proteção e algumas vezes em regimes semi-escravagistas. As condições em que o trabalho é executado são precárias, o valor da mercadoria produzida quase nunca é acessível a quem a produz e um exército de desempregados garante a fidelidade e a obediência, retirando do trabalhador a sua capacidade de reconhecer-se, reconhecer sua força coletiva e organizar-se em seus sindicatos ou associações que não dão conta de pagar uma simples anuidade, por menor que seja o valor.

Nesse mundo do trabalho, na organização capitalista, a oferta de serviços transformou-se numa saída para o trabalho informal, constituindo-se também, no crescente,

um campo de investimento de alta lucratividade, em quase todas as áreas. Pode-se dar como exemplo e destaque as áreas da atenção à saúde das pessoas e a educação em seu sentido mais amplo. De fato, a indústria da doença teve nos últimos cinquenta anos um avanço muito significativo, infelizmente não disponibilizado para todas as pessoas.

Existem países que sustentam sistemas de saúde totalmente privados, enquanto outros são públicos ou disponibilizados para os que são chamados produtivos. Enquanto isso, em pleno Século XXI, caminhando-se já para a terceira década, ainda morrem pessoas, principalmente crianças de doenças causadas pela fome, pela falta de saneamento básico, pela falta de oportunidades para viver. A violência nos campos e nas cidades, nos lares e nos espaços sociais alcança altos patamares assim como a comercialização de consumo dos ilícitos.

O caos provocado pela pandemia somente revelou o paradoxo entre o avanço da ciência e a importância de haver políticas seguras de incentivo à pesquisa, bem como para divulgar a transferir resultados para o bem coletivo, sendo necessário agora um esforço concreto para a população acreditar que deve procurar serviços para cuidar de si e de sua família e ao mesmo tempo cuidar do lugar onde mora e trabalha.

Por sua vez, os retrocessos experimentados no processo de escolarizar as crianças também provocaram profundas mudanças objetivando manter um sistema discriminatório que favorece as classes mais abastadas e dificultam o desenvolvimento pleno das que pertencem às classes mais pobres. Além de não alcançar seus objetivos, métodos e processos massificando a capacidade de aprendizagem e tratando todos como iguais, desconhecem as diferenças, tornam a jornada de conhecimento pouco atraentes e sem significado para o viver. Essa visão se estende ao ensino médio, aos processos profissionalizantes e ao ensino universitário.

O QUE PRECISA SER FEITO PARA POSSIBILITAR A CONTINUIDADE DA VIDA NO PLANETA

Nesta sumaríssima descrição, vê-se que não será possível por muito tempo garantir as condições mínimas necessárias para manter o planeta Terra vivo por muito tempo. A humanidade não suportará as pressões da luta pela sobrevivência e no percurso viverão indignamente, em guerras declaradas e não declaradas, uns contra os outros e a ganância dos grandes líderes jogará nações contra nações. A migração dos povos que sempre foi uma marca do desenvolvimento dos povos, até a revolução agrícola que fez cessar o modo de vida nômade hoje não mais é a busca por uma vida melhor, mas é claramente a fuga da morte seja pelas armas, pelo medo, pela fome ou pelas doenças (Harari, 2010). É muito claro que este modelo de dominação e exploração precisa acabar.

Organizações internacionais como a ONU têm argumentado em favor de mudanças radicais no modo de vida atual a fim de tentar conter os estragos já feitos e construir pactos com as grandes indústrias, com os governos das grandes potências mundiais para tentar reduzir as fontes de destruição que ameaçam a continuidade da vida. Conferências debatem a questão climática, as possibilidades de redução gradual do uso de combustíveis fósseis, controle dos garimpos e da exploração sem limites do solo, erradicação das queimadas e o mais importante, o fim das guerras como forma de expansão territorial, erradicação da fome no mundo, ampliação da cobertura mundial de vacinação, tratamento da sub e desnutrição principalmente infantil e de outras mazelas.

Estratégias foram planejadas, explicadas, postas à disposição dos governos sob a forma de acordos internacionais, metas possíveis de serem alcançadas, como o Acordo de Paris¹ para redução da emissão de gases poluentes, entre outros. No entanto, mesmo quando esses acordos e compromissos são assinados em grandes solenidades, logo são quebrados quando ameaçam a obtenção e acumulação de riquezas ou quando fogem às regras de acumulação do capital. Em contrapartida, são adotadas medidas em sentido contrário, como invasões militares, retrocesso de normas com diminuição da produção e descarte de plásticos, ações que são atentados públicos e notórios à soberania das nações.

Uma dessas estratégias foi o pacto pelo desenvolvimento sustentável, descrito no Relatório Brundtland² que aponta, entre outras inovações, esse conceito, proposto desde a década de 1990, assim resumido por esses autores:

a) entender o meio ambiente como um ponto crucial para debater a economia; b) promover a equidade; c) explorar formas de usufruir dos recursos naturais sem prejudicar sua extinção ou degradação do planeta; ou ainda, d) garantir o atendimento das necessidades essenciais da população mundial sem comprometer o futuro do planeta (Morais Filho *et al.*, 2024).

Como proposta, nota-se que seus pressupostos não são compatíveis com as diretrizes da organização capitalista da sociedade cuja lógica é a produção e consumo desenfreado e a acumulação das riquezas, haja vista que a mola mestra da estratégia é o entendimento da sustentabilidade como a capacidade do uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras (Morais Filho *et al.*, 2024)³.

1 No acordo climático de Paris, estabelecido em 2015, as nações concordaram em manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C.

2 Para mais informações consultar: Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro Comum. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação GetulioVargas;1991.

3 Veja em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64025985> : O acordo — fechado na COP15, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) (19/12), em Montreal, no Canadá, sobre a biodiversidade realizada entre 7 e 19 de dezembro — também prevê metas para proteger ecossistemas vitais, como florestas tropicais, e os direitos dos povos indígenas. Tem-se ainda o Tratado Global pela Natureza

O passar dos anos mostrou que somente essa estratégia não seria suficiente para produzir o impacto necessário para chegar ao equilíbrio necessário. A ela se somaram propostas de mudanças no estilo de vida e do trabalho, contidas em acordos como “Bem Viver” como alternativa de organização social, assim como explicam e propõem os povos originários da América do Sul, tanto quanto em outras estratégias como “saúde global” ou “saúde planetária”.

Sendo essas duas últimas estratégias citadas as mais recentes, focadas principalmente no compromisso de proteger a vida de humanos e não humanos mediante ações de atenção à saúde, campo de interesse das discussões a serem levadas a termo em todo o território brasileiro durante as comemorações da 86ª SBEn, cabe entender saúde global como um “campo de reconhecimento da interdependência nos padrões da circulação de doenças e de uma crescente rede de mecanismos de governança que podem ser mobilizados para enfrentar problemas de saúde” (Di Giulio *et al.*, 2021). A visão de mundo que ampara esse conceito assegura que “as doenças não conhecem fronteiras” e “o mundo é marcado por uma comunalidade de condições para responder a ameaças transfronteiriças” (Di Giulio *et al.*, 2021).

A crítica possível a este conceito neste momento é que ele implica numa situação de igualdade de entendimento e de recursos entre os países para fazer frente às doenças, o que ainda não se consegue ver. A pandemia pelo SARS-COV 2 mostrou claramente as profundas desigualdades, principalmente entre as potências liberais que retrocederam perigosamente na disposição de empenhar investimentos suficientes para esta finalidade. Como se pode compreender, esse conceito, embora se mostre importante e contributivo, de certa forma procura encobrir as desigualdades sociais e os complexos mecanismos de exploração/colonização/escravização que existem e que impedem o avanço das mudanças estruturais necessárias para preservar a vida.

Quando se fala em saúde planetária, novos elementos são incorporados, advindos de outra visão de mundo, não liberal, inclusiva, responsável e participativa. Nesta visão, “os problemas de saúde e a definição de políticas públicas para enfrentá-los não podem ser separados da atual emergência ecológica, caracterizada pela desenfreada perda de biodiversidade, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais” (Di Giulio *et al.*, 2021). Para esses autores, aqui se inclui e não pode ser excluída a profunda crise dos “sistemas humanos e da organização socioeconômica, uma profunda interação entre diferentes dinâmicas de destruição e dominação que incluem novas formas de desapropriação e exploração bem como apropriação de bens públicos para benefícios privados” (Di Giulio *et al.*, 2021).

A adesão ao projeto de saúde planetária exige mudanças radicais, uma mudança de paradigma na concepção da saúde e da doença, ou como se diz, do processo saúde-doença.

É preciso compreender a interconexão entre determinantes e condicionantes deste processo individual e coletivo ao mesmo tempo, exigindo um “conhecimento emancipatório” tão profundamente que seja capaz de

desmantelar o racismo institucional e estrutural, conhecimento feminista e não binário que resista e subverta estruturas heteronormativas e patriarcais de poder e que promova a solidariedade através e dentro das fronteiras, incluindo transformações de ritmos e padrões de comportamento na vida individual e comunitária (Di Giulio *et al.*, 2021).

COMO A ENFERMAGEM SE SITUA NESTA PROPOSTA E COMO PRECISA SE POSICIONAR DIANTE DOS DESAFIOS QUE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ATUAL IMPÕE

Essa discussão vem se aprofundando no seio da Enfermagem brasileira desde há algum tempo, porque a iniquidade em saúde é objeto das inquietações daqueles que militam em um campo de conhecimento que se concretiza em prática social. O *modus operandi* dos trabalhadores em Enfermagem hoje se dá em um contexto diferente daquele em que se viveu e construiu a “arte” de cuidar para promover a vida e tratar para afastar a morte (Collière, 2012).

A mesma descrição que se apresentou para o trabalho em geral se aplica ao trabalho na área da Enfermagem. As jornadas continuam exaustivas, os salários continuam excessivamente baixos, obrigando cada trabalhador ou trabalhadora a manter dois, três ou mais vínculos trabalhistas, os quais tanto podem estar no espectro da consolidação das leis trabalhistas como podem estar precarizadas das mais diferentes formas. Diferenças gritantes são vistas entre o vínculo público via concurso e outras formas de suprir a carência de profissionais na rede de atenção à saúde. Também há diferenças entre o emprego na rede hospitalar e na atenção primária em saúde, o qual é desvalorizado tanto pelas autoridades como pelas ou pelos próprios trabalhadores.

A superespecialização é requisito para empregos na alta complexidade, embora também nesse campo se encontrem pessoal sem qualificação específica. O déficit de pessoal nos serviços é enorme e atualmente sem regulamentação que obrigue a contratação em quantitativo capaz de tornar a jornada menos estressante e extenuante. As equipes de Enfermagem continuam sofrendo assédio moral (e quem sabe sexual) dada à sua condição de majoritariamente feminina, sendo muitas vezes pressionadas pelas próprias colegas que estão ocupando cargos de supervisão e controle.

Acidentes e doenças do trabalho são comuns e nem sempre tratadas ou comunicadas. O estresse causado pela convivência diária com a dor, a morte, a necessidade, a impotência diante da pobreza, da incapacidade de a pessoa cumprir o tratamento ou aderir ao controle das doenças crônicas, diante da recusa dos tratamentos ou abandono

nos casos das doenças negligenciadas, como mostrou o estudo de Almeida e colaboradores em 2021 no Amazonas, tanto podem levar à exaustão mental como pode levar à naturalização da iniquidade, “desumanizando” o cuidado de Enfermagem.

No entanto, é esse mesmo trabalho estafante, desvalorizado e superexplorado que faz nascer em cada trabalhador ou trabalhadora a força para resistir, do jeito que possa, permitindo-lhe acessar, em sua consciência, a certeza de que é necessário que se faça alguma coisa para mudar esta realidade. A alienação resultante do trabalho pormenorizado, socialmente dividido e imprescindível para que o trabalho de todos os demais profissionais da área de saúde produza resultados satisfatórios não mais permite que desenvolva sua capacidade de organização profissional, mas o esforço cotidiano lhe obriga a esperar por um mundo melhor.

As consequências do processo de industrialização capitalista também se fazem sentir no trabalho em Enfermagem. O uso do plástico nos instrumentos de trabalho vem sendo estudado por pesquisadores, diante da detecção de micropartículas de plástico nas excretas das pessoas que lidam com tais substâncias, levando ao questionamento se podem ser encontradas micropartículas de plástico em urina e sangue de profissionais de Enfermagem que labutam em áreas onde manipulam grandes quantidades de equipamentos plásticos.

Também é preciso pensar na quantidade de lixo que é produzido na execução dos cuidados de Enfermagem. Ou seja, esse modelo de trabalho que é atualmente praticado pelo pessoal de Enfermagem, embora possa produzir resultados satisfatórios momentaneamente, é nocivo para o planeta, quando não são observadas as recomendações para o cuidado seguro que agora precisa ser seguro para o usuário, para o trabalhador e para o ambiente.

Cabe então perguntar:

QUE PRÁTICAS PRECISARIAM SER ADOTADAS PARA CONTRIBUIR PARA A SAÚDE PLANETÁRIA?

Um dos problemas alegados pelos trabalhadores da área de Enfermagem é a invisibilidade do seu trabalho. É razoável aceitar que o trabalho na área de Enfermagem é essencial e, assim sendo, por que é dito como invisível? O que será que não dá corpo concreto a este trabalho tão vital, tão necessário para a manutenção da vida?

Quando se compreende o significado mais puro da proposta de se lutar por saúde planetária se encontra nela uma forte conotação educativa, um forte apelo às ações transdisciplinares em intimidade com as necessidades da comunidade onde se cuida, se trabalha. É um apelo à organização de resistência e proteção das pessoas e do ambiente, de forma que sobreviva às agressões do dia a dia.

Assim, observando-se o que significa essa estratégia de preservação da vida, tem-se um vislumbre das práticas que precisam ser desenvolvidas. É reconhecer que é possível viver de forma diferente do que se vive agora e a prática educativa é fundamental para isso. É preciso documentar as ações desenvolvidas para que não se percam no tempo, no que não foi registrado. A ação política de organização dos grupos sociais é importante para fortalecer a capacidade reivindicatória e de resistência. Politizar e politizar-se, entender-se como trabalhador/pessoa dotada de direitos, deveres e responsabilidades que constrói e alimenta vínculos é fundamental para dar crédito, peso e sentimento de pertença ao lugar que é de cada um, de todos que respeita e cuida dos seu lar, entendido este como o lugar onde se mora e se constrói vínculos.

As práticas necessárias devem ser o menos invasivas possíveis e seus objetivos devem incluir a busca da independência dos seres cuidados como ensinou Virgínia Henderson em meados do século XX e Horta (1975). O processo de Enfermagem, calcado na teoria que melhor responda à situação de cuidado, é a prática que vai dar visibilidade ao trabalho desse campo de conhecimento tão relevante. O estudo de Backers (2024) sobre a indissociabilidade entre saúde pública e o processo de Enfermagem é caminho para promover a saúde planetária. Da mesma forma, o uso racional dos equipamentos vai contribuir e muito para reduzir o impacto ambiental causado pelo cuidado de enfermagem.

Em resumo, as práticas necessárias não se limitam ao que já é de conhecimento, mas incitam a criatividade, o tirocínio e a sutileza para criar, renovar e aproveitar o que de bom se tem, na arte de cuidar das pessoas.

QUAIS OS DESAFIOS DE FORMAR PROFISSIONAIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE UM POVO CUJO PROJETO DE VIDA INCLUI A SAÚDE PLANETÁRIA

Para identificar os desafios a serem enfrentados na formação dos trabalhadores da área de Enfermagem é requisito indispensável refletir sobre o mundo em que se vive, os conflitos e problemas que assolam a realidade cotidiana, o movimento desta sociedade autodestrutiva e as condições cada vez mais precárias de manter a pujança da vida no planeta Terra.

Para além desta compreensão, é preciso optar por uma visão de mundo que aponte para a superação das desigualdades e da injustiça social, para a educação de pessoas desde crianças para a preservação da natureza, para requerer e lutar pela melhor distribuição das riquezas, pela redução da pobreza e da pobre visão preconceituosa e discriminatória entre os povos, que esbraveje pelo respeito aos direitos humanos e que se abstenha de alimentar o ódio e as organizações sociais ditatoriais e autoritárias, machistas, misóginas

e claramente calcada nos princípios liberais que sustenta a acumulação do capital em detrimento da dignidade humana.

Antes de outras questões, um dos grandes desafios é ampliar a visão da saúde coletiva como mola mestra para pensar a atenção à saúde das pessoas, dos grupos e das comunidades, pensar o cuidado de Enfermagem que seja emancipatório, entender-se como membro da equipe de saúde que tem e sabe o que fazer ao participar do trabalho multi ou interdisciplinar. Como foi demonstrado anteriormente, rever os conceitos de saúde e de doença é fundamental para entender seus determinantes e condicionantes e atuar naquilo que for necessário e possível, promovendo e defendendo a saúde, prevenindo doenças e cuidando, cuidando, cuidando...

É preciso aprender, acreditar e desenvolver processos de educação em saúde, ampliando para a compreensão da Terra como planeta vivo, que precisa ser cuidado por todos e por cada um. Abordagem junto às crianças para que aprendam sobre a natureza e sobre viver juntos, com respeito e solidariedade, de tal forma que os pequenos atos de desrespeito sejam inaceitáveis, além de projetados para a família e os convivas mais próximos. A unidade de saúde, o salão da sede da associação de bairro ou debaixo de uma frondosa mangueira são espaços utilizáveis para esse tipo de prática.

Entender sobre equidade é uma tarefa que se apresenta com força para quem se propõe a construir um outro modelo de sociedade e isso não se faz de um dia para o outro. O tempo e a persistência são duas categorias de relevância para os construtores da nova ordem, a qual, segundo Biehl (2021), não poderá ser igual ao que foi no passado muito menos semelhante ao que se tem hoje. É preciso que seja uma nova ordem favorável à vida em toda a sua plenitude.

Um outro grave problema a ser superado envolve o entendimento de que a prática em Enfermagem não consegue ser aprendida senão pessoalmente, repetidamente no cotidiano dos serviços de saúde, de tal forma que a(o) estudante esteja profundamente mergulhada(o) na realidade do trabalho de cuidar, onde possa aprender a lidar com a enorme diversidade de situações que se lhe apresenta cada pessoa atendida, mas que faça esse mergulho em múltiplas dimensões que um estúdio de gravação ou o manuseio de protótipos jamais poderá proporcionar. É preciso tempo, é preciso a presença do(a) professor(a) na rede de atenção à saúde, é preciso recursos inclusive de literatura para que a apreensão da totalidade da prática possa ser percebida, aprendida e aprimorada.

Talvez um dos grandes desafios para a formação profissional em Enfermagem seja encontrar um modelo pedagógico que junte habilidade técnica, conhecimento específico da área, conhecimento das ciências humanas, das ciências aplicadas, permeada por conhecimentos filosóficos, epistemológicos e éticos que permitam aflorar da consciência de cada um o sentido mais humano da humanidade da pessoa cuidada, em seu contexto

e circunstância de vida. Porque não basta ser exímio na técnica, empático no relacionamento e rápido no domínio do conhecimento, é preciso ter em mente o “ardil da razão” (Nogueira, 2010) e a consciência de ser um ser que cuida de outro ser enquanto cuida de si e do planeta onde vive, provendo necessidades na justa medida (Boff, 2011).

Em outra vertente, a formação em Enfermagem não prescinde da pesquisa como instrumento de questionamento, aprimoramento e ampliação do conhecimento específico da área. Se o contexto social não é mais o mesmo de tempos passados, os modos e meios de aprender e ensinar também precisam passar por processos de renovação e aprofundamento, assim como as possibilidades de intervir em cada situação de cuidado precisam ser ampliadas, aproveitando-se tudo que a revolução tecnológica possa oferecer e que não traga malefícios para a vida no planeta. O mais importante, assumir a postura de ser pensante, capaz de programar uma máquina como instrumento de cuidado e jamais ser dominado por ela. Por favor, atenda ao chamado do paciente e não ao BIP da máquina. Observação e presença com desvelo é componente essencial do cuidado de Enfermagem.

É possível que este seja o convite da Associação Brasileira de Enfermagem ao propor a saúde planetária como tema da 86ª Semana Brasileira de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A.; GONÇALVES, M. J. F. Factors associated with unsuccessful tuberculosis treatment in Manaus, Amazonas, from 2011 to 2021. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo*, v. 58, e20240431, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0431>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/KMbG7Kwq8bTKsZWZHnHB6vz/?lang=en>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BACKES, D. S.; HALMENSCHLAGER, R. R.; CASSOLA, T. P.; ERDMANN, A. L.; HAMEL, K.; COSTENARO, R. G. S. Indissociabilidade entre saúde pública, saúde planetária e processo de enfermagem: premissa para o desenvolvimento sustentável. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo*, v. 58, e20240431, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2024-0026pt>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ynN95s8yMmyFhZxtk6r9fR/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BIEHLI, J. Descolonizando a saúde planetária. *Horizontes antropológicos, Porto Alegre*, ano 27, n. 59, p. 337-359, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/mYh65g7LyMWLJhfP9XvcTnn/>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- COLLIÈRE, M. F. *Promover a vida*. 3. ed. Coimbra: Lidel, 2012.
- DI GIULIO, G. M.; WALDMAN, E. A.; NUNES, J.; BUSS, P. M.; JAIME, P. C.; CAMPELO, T.; RIBEIRO, H. *Saúde Global e Saúde Planetária: Perspectivas para uma transição para um mundo mais*

- sustentável pós-COVID-19. Revista ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, out. 2021. Disponível em <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/en/articles/saude-global-e-saude-planetaria-perspectivas-para-uma-transicao-para-um-mundo-mais-sustentavel-poscovid19/18184?id=18184>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- . HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
 - . HORTA, W. A. Aplicação do processo de enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.9, n. 2, p. 300-304, 1975.
 - . MORAES FILHO, I. M.; SANTOS, G. K. M.; LEANDRO, G. L.; TAVARES, G. G. Tecendo a sustentabilidade: da conscientização ambiental à saúde planetária na escola. Revista Enfermagem Atual In Derme, Rio de Janeiro, v. 98, n. 1, e024264, jan./mar. 2024. DOI:<https://doi.org/10.31011/reaid-2024-v.98-n.1-art.2121>. Disponível em <https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/2121>. Acesso em: 25 mar. 2025.
 - . NOGUEIRA, R. P. (org.). Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM PARA A CULTURA DO CUIDADO E PARA A SAÚDE PLANETÁRIA

Dirce Stein Backes

Professora da graduação em Enfermagem e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil da UFN / ABEn seção RS

backesdirce@ufn.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9447-1126>

O desperdício, no Brasil, é considerado um dos maiores do mundo. Embora a população de países desenvolvidos consuma mais e gere mais lixo, há maior consciência e responsabilidade em relação ao reaproveitamento. O Brasil recicla menos de 5% de seu lixo urbano, enquanto entre países da Europa e Estados Unidos, esse percentual é superior a 40%. O desperdício está presente na dinâmica da vida familiar, nas organizações e diferentes espaços da sociedade. A matéria prima que, muitas vezes, poderia ser reutilizada é jogada na sucata. Produzem-se materiais e equipamentos sem qualidade e que resultam em desperdício de materiais e mão-de-obra. Consome-se material de expediente de forma desatenta; acende-se luzes desnecessariamente, consome-se medicamentos de forma descuidada, dentre outras situações cotidianas inpensadas.

O desperdício está incorporado à cultura de vida, à dinâmica de trabalho, ao sistema de produção, à engenharia, às formas de relacionamento que repercutem em perdas irreversíveis na economia, no desequilíbrio do abastecimento, na disponibilidade de recursos, na sustentabilidade ambiental. O desperdício não está apenas na água, na luz, na comida, no combustível, no acúmulo de vestuários, na construção ou na indústria, mas também nas palavras, no tempo, nos relacionamentos, no autocuidado com a promoção da saúde.

Em um país como o Brasil, considerado celeiro mundial, é inaceitável que mais de 19 milhões de pessoas passam fome ou vivem em condições desumanas. De um lado a fome e de outro o desperdício. Reduzir o desperdício de alimentos é essencial no combate à fome. Reduzir todas as formas de desperdício é fundamental para promover a cultura do cuidado. Essa batalha requer educação ambiental ao longo da vida, compromisso político, engajamento individual e coletivo. A cultura do desperdício é, portanto, um retrato fiel da não cultura do cuidado em suas múltiplas dimensões.

A cultura do cuidado, enquanto compromisso coletivo, solidário e participativo para proteger e promover a dignidade e o bem de todos, enquanto disposição para reconhecer-se no cuidado e para o cuidado em atitude de respeito mútuo e ao acolhimento

recíproco, constitui uma via privilegiada à construção da paz e a saúde planetária. A cultura do cuidado é premente para preservar a dignidade humana e promover uma educação para a ecologia integral, que favoreça um modelo de desenvolvimento sustentável centrado na saúde humana e planetária.

A cultura do cuidado deve ser promovida nas famílias, nas escolas, nas universidades, nas Igrejas, no comércio, nos clubes, nas praças, nas ruas, na vida diária, a fim de preservar a dignidade humana e o meio ambiente. O cuidado à vida, ao ambiente, na produção, no consumo, nas palavras, nos relacionamentos deve estar na essência e conduzir o nosso fazer e conviver diário. Todos somos protagonistas de uma nova história, de novos modos de ser e conduzir o rumo de nossas vidas. A cultura do cuidado deve iniciar por mim, por você, por todos nós. Juntos e de forma colegiada podemos protagonizar uma sociedade mais acolhedora, mais limpa, mais educada, mais segura, mais justa, mais sustentável.

É preciso reconhecer que as mudanças climáticas e a agressão ao meio ambiente estão entre as ameaças mais graves à condição humana e à saúde planetária. A catástrofe climática no Rio Grande do Sul conclama-nos a um pensar global e um agir local. É premente que o ser humano reconheça a integração e a interdependência entre o homem, a natureza e a saúde e provoque ações voltadas a preservação e a sustentabilidade do meio ambiente.

É inadiável, em meio a catástrofe climática RS, pensar na educação ambiental como propulsora de uma necessária reforma do pensamento humano. O atual quadro de degradação ambiental necessita ser mitigado com boas práticas de educação ambiental e em saúde, a partir da autorreflexão e da autoconscientização. Urge, portanto, a reforma do ensino, da gestão, da organização, do cuidado como forma de superar a fragmentação e as ações pontuais e assistencialistas que desconsideram a interdependência humana e social.

Hoje, mais do que em outros tempos, é preciso repensar a interrelação entre os diferentes fenômenos sociais e superar a relação verticalizada entre sociedade e meio ambiente, como se este fosse um objeto manipulável a qualquer custo. Necessitamos superar a patologia crônica do pensamento fragmentado, disjuntivo e utilitarista, conforme expresso por Maria da Conceição Xavier de Almeida em seu livro Ciências da complexidade e educação: "somos herdeiros de uma patologia do pensamento quando julgamos impossível a comunicação entre nós; quando entendemos que, porque somos distintos em nossos saberes, somos separados".

Um pensamento separado, fragmentado e polarizante não permite avanços e, muito menos, posicionamentos integrados e ampliados que consideram as prementes necessidades humanas e os problemas da realidade. A catástrofe climática RS convoca-nos todos a uma reforma do pensamento com o propósito de "enxergar" além da nossa

família, da nossa instituição, do nosso setor de trabalho e das nossas rotinas diárias. É preciso (re)aprender que o ser humano é parte do meio ambiente – sistema vivo que age e reage sobre as ações humanas. Não há crises separadas, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental que requer uma verdadeira conversão ecológica; uma mudança de mentalidade que leva ao cuidado da vida e da criação; disposição para a escuta e o diálogo e à consciência de que tudo está interligado para a subsistência da vida em nosso Planeta. A conversão ecológica requer atitudes renovadas e a convicção de que eu dependo do outro, assim como o outro depende de mim.

A conversão ecológica, no entanto, não é um percurso intimista, isolado e pontual. Esse processo requer estratégias intersetoriais, iniciativas que promovam o encontro entre as pessoas e espaços que fomentem o protagonismo dos diferentes atores na sociedade. Nesse seguimento, a Família ocupa lugar especial, ao ser o lugar educativo privilegiado em que se aprende a respeitar o ser humano e a criação. A Escola assume nova centralidade, ao desenvolver a capacidade de discernimento, pensamento crítico e ação responsável. A Universidade é chamada à missão de pensar a educação ambiental como propulsora de uma necessária reforma do pensamento humano, pelo tripé ensino, pesquisa e serviço à sociedade. A Igreja é chamada ao diálogo e à colaboração ecumênica e inter-religiosa, de modo a incentivar um estilo de vida contemplativo e sóbrio, que leve à superação da deterioração do Planeta. Os governos e as administrações públicas são conclamados à globalização da democracia, social e participativa, a partir de uma visão de longo prazo baseada na justiça e na luta contra a corrupção. Os meios de comunicação são chamados a destacarem as ligações entre “o destino humano e o ambiente natural”, fortalecendo os cidadãos e combatendo as denominadas *fake news*. A Enfermagem é convidada a ser protagonista de novas formas de pensar e conceber a dinâmica do cuidado em saúde.

Considerada uma das profissões mais engajadas na promoção da saúde, a Enfermagem ocupa função central na construção de um mundo mais justo, próspero e sustentável às gerações presentes e futuras. Os objetivos globais são, crescentemente, perseguidos pela Enfermagem ao assegurar a integralidade e a qualidade do acesso aos cuidados de saúde; ao reduzir as disparidades de acesso; ao combater às desigualdades sociais e de gênero; ao defender a construção de sociedades mais equitativas e pacíficas; ao contribuir na redução dos gastos excessivos em saúde, ao promover o bem-estar e o viver saudável de indivíduos, famílias e comunidades.

As boas práticas sustentáveis, em âmbito da Enfermagem, contemplam investimentos que vão da preservação dos recursos ambientais e habitats promotores de saúde às simples mudanças de processos, comportamentos e posturas profissionais. Os profissionais de Enfermagem contribuem para o bem-estar dos usuários e facilmente adaptam-se às

situações adversas, de modo a serem resolutivos nos encaminhamentos, a otimizarem o processo de trabalho e a minimizarem deslocamentos, intervenções desnecessárias e outros. A compreensão das ações indutoras de boas práticas sustentáveis e a promoção de cuidados associados à saúde planetária são importantes desafios a serem superados para o avanço e a sustentabilidade da ciência de Enfermagem.

O momento histórico atual clama por mudança e já não há tempo para esperar. A geração do amanhã depende do presente, isto é, das nossas boas práticas de sustentabilidade. Portanto, a mudança está em mim, em você, em nós.

REFERÊNCIA

- BACKES, Dirce Stein; HALMENSCHLAGER, Roseléia Regina; CASSOLA, Talita Portela; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; HÄMEL, Kerstin; COSTENARO, Regina Gema Santini.. Indissociabilidade entre saúde pública, saúde planetária e processo de enfermagem: premissa para o desenvolvimento sustentável. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 58, e20240026, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2024-0026> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ynN95s8yMmyFhZxtk6r9fR/?lang=en#>. Acesso em: 25 mar. 2025.

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA EM ENFERMAGEM: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE PLANETÁRIA

Aline Macêdo de Queiroz

Universidade Federal do Pará / ABEn PA
alinemacedo@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0002-7374-011X>

Bárbara Souza Rocha

Universidade Federal do Goiás / ABEn GO
barbararocha@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0001-6059-8399>

Raíssa Millena Silva Florencio

Universidade Federal do Pará / ABEn PA
raissaflorencio@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0002-5085-830X>

Inara Mariela da Silva Cavalcante

Universidade Federal do Pará / ABEn PA
inaracavalcante@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0001-9999-8728>

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem (DCN) de 2001 e as Diretrizes para Formação Técnica em Enfermagem de 2024 são marcos importantes para organização do processo formativo da Enfermagem brasileira (Brasil, 2021; Brasil, 2024). Elas direcionam a construção do perfil profissional da (do) enfermeira (o), da (do) técnica (o) de Enfermagem em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da educação e do exercício profissional em enfermagem, pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao longo de décadas de orientação, as DCN moldam a formação em enfermagem para um perfil de egresso que seja generalista, crítico, reflexivo e qualificado para o exercício da Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual, capaz de intervir sobre as situações problema mais prevalentes, identificando as dimensões biopsicossociais e seus determinantes, atuando com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (Brasil, 2021).

Mesmo com diretrizes nacionais conduzindo a formação em Enfermagem, a quantidade de cursos existentes, a discrepância entre os projetos pedagógicos dos cursos e matrizes curriculares, a diversidade de processos formativos e as diferentes

abordagens de ensino podem ser um grande desafio para descrever como se configura a formação em Enfermagem no Brasil. E mais ainda, é preciso analisar criticamente a formação atual e questionar: As (os) profissionais de Enfermagem são formadas (os) para assumirem o papel social de agentes de transformação com o olhar crítico para as mudanças dos ecossistemas naturais da terra, seu impacto na saúde humana e sua relação com o cuidado?

Entende-se por saúde planetária um novo esforço para tratar a questão da sustentabilidade e da vida humana no planeta sob a ótica de ações integrativas, transdisciplinares e globais. A crise planetária se ancora em questões contemporâneas, urgentes e concretas que desafiam a compreensão, a quantificação e o agir para reverter os impactos da ação humana e as perturbações no ecossistema natural da Terra, que por sua vez impactam, retroativamente na saúde humana (Grupo de Estudos em Saúde Planetária, [2025]).

O estudo do ecossistema e sua relação com a saúde vem sendo notificado nas últimas décadas, especialmente com a iminência das urgências climáticas anunciadas por cientistas no mundo todo. A interferência do ser humano sobre a Terra e seus recursos naturais tem mudado o clima no mundo, influenciado na disponibilidade de água potável, na perda da biodiversidade, trazendo mudanças irreparáveis e irreversíveis na atmosfera da Terra. Nas palavras de Ailton Krenak (2020), líder indígena, ambientalista e escritor, "há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade". Ainda destaca que:

O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise [...]. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos (Krenak, 2020).

Neste sentido, a pesquisa/estudo da saúde planetária pode ser definida como um campo que investiga as interdependências entre a saúde dos sistemas naturais do planeta e a saúde da civilização humana (Floss; Barros, 2019). Analisando o impacto desta interdependência é importante recordar a pandemia da COVID-19 vivida recentemente no mundo, o crescente agravamento de doenças infecciosas, especialmente as respiratórias, o aumento das doenças crônicas e suas complicações, as bactérias e microrganismos multirresistentes, o aumento do sofrimento e dos transtornos mentais, entre outros impactos.

Diante do desafio de compreender e agir sobre a saúde planetária é *sine qua non* que o ensino da Enfermagem esteja ancorado em uma educação que seja transformadora e capaz de formar agentes críticos e socialmente ativos na busca pela integração do planeta e da vida humana. Para além de compreender os cuidados e formas de cuidar da vida humana, é necessário que os processos formativos na enfermagem sejam capazes de ampliar a perspectiva sobre os contextos de atuação da profissão e dar visibilidade

a diversidade de viver, da vida não humana, de produzir saberes e conhecimentos que salvaguardam toda forma de vida na Terra, e assim não promover o “desperdício episódico” (Santos, 2006, p. 511).

A era antropocena, resultado da alteração humana na Terra, marca uma nova época geológica caracterizada pela mudança do clima e biodiversidade do planeta, e nos convida a repensar o processo de formação em Enfermagem condizente com essa transformação em prol do bem viver. Sendo a Enfermagem a maior força de trabalho em saúde no mundo e no Brasil, é urgente refletir e repensar a formação em Enfermagem que invista no perfil de um profissional crítico, transdisciplinar, problematizador, promotor da saúde do planeta, atuante e integrado aos territórios e as diversas formas de viver.

Ou seja, é preciso refletir e investir em uma formação para além do que o mercado de trabalho nos apresenta, transpondo um projeto de adaptação às chamadas “boas práticas sustentáveis” que envolva a conscientização sobre o saneamento básico e seus componentes, a redução do consumo descontrolado estimulado pela política econômica e a redução do uso indiscriminado de recursos naturais. É salutar nos vermos para além de agentes reguladores e/ou operadores de serviços de saúde, precisamos ser de fato agentes de transformação a partir do resgate da nossa trajetória como prática social, nos reaproximando de uma visão ampliada de saúde e protagonizando o enfrentamento ao projeto de destruição de todas as formas de vida e de ameaça à saúde planetária.

As novas DCN para a formação de enfermeiras (os), aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde e Educação em julho de 2024 (aguardando a homologação do Ministro da Educação) apresenta como um dos princípios gerais da formação de enfermeiras e enfermeiros a atenção integral à saúde, considerando as condições sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais, o que nos aproxima do debate sobre a saúde planetária (Brasil, 2024). Na perspectiva das novas DCN, o egresso do curso de Graduação em Enfermagem deverá estar apto a ser agente transformador e a exercer o cuidado de enfermagem, individual e coletivo, pautado no conhecimento científico, em princípios éticos e bioéticos e no compromisso com o bem viver, a sustentabilidade do planeta e a defesa da diversidade e da dignidade humana.

Na mesma lógica, as Diretrizes e Orientações para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Enfermagem (EPTNM/Enfermagem) apresentam a expectativa de promover transformações nas práticas educativas principalmente no eixo educacional “ambiente e saúde” que reúnem a capacidade e a responsabilidade ética, técnica, científica, política e social frente a situações complexas nos processos de atenção à saúde (Brasil, 2024).

Além da luta pela homologação e efetivação das novas DCN para a graduação e a efetivação das Diretrizes e Orientações para a EPTNM/Enfermagem, é preciso questionar ainda: como a Enfermagem chegará “neste lugar” de transformação por meio do ensino?

O ensino construído na perspectiva de Paulo Freire e no movimento decolonial, respeita os direitos humanos, promove a humanização em todos os níveis de atenção à saúde e, como consequência, fortalece o SUS e amplia os modos de se relacionar e sobretudo cuidar dos sistemas naturais do planeta. A qualidade da formação em Enfermagem deve ser constituída por meio de uma educação crítica, problematizadora e emancipatória, considerando os saberes e culturas dos povos em seus territórios.

A educação transformadora no pensamento freiriano de ação-reflexão-ação para compreensão da realidade como produto histórico, requer nas palavras do educador que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que implica a leitura das diversidades, dos territórios e um diálogo com a sociedade (Freire, 1989, p. 13).

Entender as potencialidades existentes no território que possibilitem uma educação transformadora configura ser o caminho para formar profissionais de Enfermagem com atenção à saúde planetária em todas as suas formas de vida e compromisso ético, político e socioambiental.

A transformação da educação para o cuidado do planeta em sua totalidade é o desafio que as instituições formativas precisam enfrentar nas avaliações e atualizações dos seus projetos pedagógicos, mas sobretudo na formação docente, na efetivação de metodologias que promovam a criticidade dos estudantes, necessárias para a superação de paradigmas e construção de autonomia cidadã que compreendam a inter-relação da saúde humana e/com os sistemas naturais da terra.

As novas DCN apontam para a inserção nos currículos, de forma transversal, conteúdos relativos à educação ambiental, sustentabilidade, bem viver, ética e bioética, relações étnico-raciais e de gênero, direitos humanos, trabalho no mundo contemporâneo e inclusão social (Brasil, 2024). Desse modo, os docentes devem promover a formação de estudantes a partir da aproximação com o território, seus saberes e os conhecimentos ancestrais que contribuem para a transformação e a preservação da vida.

Nesse sentido, as experiências ancestrais dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais constroem relações com seus territórios como prática coletiva de um projeto democrático e popular de emancipação de sujeitos e com o qual muito colabora com a ciência da Enfermagem.

Outro aspecto importante para a promoção da saúde planetária é a incorporação das agendas nacionais na formação em saúde como a defesa da agricultura familiar e os espaços de trocas, saberes, experiências, vivências, resgate e valorização da identidade alimentar tradicional, baseada em práticas produtivas ecológicas, geracionais e regionais que evidenciem as territorialidades e a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental (Brasil, 2024).

No processo de formação em Enfermagem em consonância com o SUS e o contexto social do país é singular a aproximação/inserção na sociedade, de modo a fortalecer o movimento decolonial como possibilidade para libertação da forte imposição econômica, racista, sexista e de conhecimento, alimentada pelo sistema eurocêntrico presente no processo de colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2010). Assim, a formação com atenção no território fortalece a prática social da profissão e em consequência a promoção da saúde planetária.

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) recomenda a inserção de diferentes abordagens, cosmovisões e formas de cuidar, numa perspectiva dialógica, inclusiva e democrática no ensino de enfermagem, como caminho para estabelecer relações de cuidado coletivas e emancipatórias, bem como a promoção da equidade e da saúde planetária no enfrentamento das iniquidades sociais. Nesta direção, assume uma formação antirracista, antissexista, antiLGBTfóbica, antimachista, anticapacitista, com responsabilidade e compromisso com a proteção dos ecossistemas naturais da Terra (ABEn, 2024).

REFERÊNCIAS

- . ABEN. Carta de Goiânia. In: SEMINÁRIO NACIONAL PARA DIRETRIZES CURRICULARES PARA ENFERMAGEM, 19., 2024, Goiânia. Goiânia: ABEn, 2024.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes e orientações para a formação: técnico em enfermagem.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **Parecer CNE/CES nº 443/2024, aprovado em 3 de julho de 2024.** Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, licenciatura e bacharelado. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **Parecer de homologação do CNE/CES 1133/2001.** Brasília, DF: MEC, 2001 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- . FLOSS, M.; BARROS, E. F. Saúde planetária: conclamação para a ação dos médicos de família de todo o mundo. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1-3, jan./dez. 1992. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1992](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1992). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1992/963>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- . FREIRE, P. **A importância de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- . GRUPO DE ESTUDOS EM SAÚDE PLANETÁRIA. O que saúde planetária. São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://saudeplanetaria.iea.usp.br/pt/o-que-e-saude-planetaria/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

- . KRENAK A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. E-book.
- . QUIJANO A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez; 2010. p. 84–144.
- . SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

O TRABALHO EM UM MUNDO MERGULHADO EM MÚLTIPLAS CRISES

Rogério Silva

Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFBA)
Professor de Sociologia do Instituto Federal da Bahia, Brasil

rogeriofs@ifba.edu.br

<https://orcid.org/0009-0006-0247-3540>

O primeiro quarto do século XXI está terminando. Olhamos ao redor e vemos as imagens das guerras em Gaza e na Ucrânia. Sentimos no dia a dia os impactos da crise ambiental. As democracias liberais vivem crises políticas permanentes. Ascendem em várias partes do globo forças políticas de extrema-direita que flertam com um novo tipo de fascismo.

No mundo do trabalho observa-se grandes transformações em duas dimensões interligadas: as novas tecnologias da chamada Indústria 4.0 e a contínua precarização das condições de trabalho, já não restritas aos países da periferia do capitalismo.

Compreender o mundo no qual vivemos e apontar perspectivas para o futuro tornou-se uma tarefa inglória para intelectuais e ativistas sociais. Análises mais rigorosas e complexas perdem espaço para o senso comum produzido em escala industrial. A velocidade das mudanças atropela rapidamente as análises superficiais que se reproduzem nos meios de comunicação tradicionais (TV, rádio, jornais etc.) e contemporâneos (redes sociais, aplicativos de telemensagem etc.).

Nas linhas que seguiremos enfrentaremos o desafio de compreender as mudanças do mundo do trabalho e como elas compõem o cenário político, social e econômico atual. Aqui trabalharemos com a noção de totalidade onde entendemos que tudo se relaciona e a apresentação dos aspectos separados da realidade é somente um mecanismo didático de explicação.

Iniciaremos com uma retrospectiva histórica da relação entre as transformações do trabalho e a chamada modernidade. Depois analisaremos as mudanças mais recentes que marcam o início do século XXI. Por fim, apresentaremos brevemente alguns desafios da atuação da sociedade civil para a construção de alternativas democráticas e populares.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: PRODUTO SEMPRE INACABADO DA MODERNIDADE

O que se convencionou chamar de Revolução Industrial foi um fenômeno social ocorrido na Europa Ocidental entre o final do século XVIII e início do XIX. Diante do

intenso fluxo migratório do campo para a cidade; da ascensão da burguesia à condição de classe dominante; da ampliação da demanda por produtos manufaturados; e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ocorreram diversas transformações quantitativas e qualitativas na produção e circulação de mercadorias, com enormes impactos sociais e políticos.

Atualmente a abordagem do tema trabalha com quatro fases da Revolução Industrial. A primeira delas, citada acima, se deu com a adoção da mecanização a vapor. A segunda intensifica a produção em massa adotando a linha de montagem e a eletricidade. A terceira é caracterizada pela automação, que se tornou possível com o desenvolvimento da microeletrônica. A quarta é a fase mais recente, marcada pela adoção de tecnologias que rompem as fronteiras entre o físico, digital e o biológico, integrando-os em sistemas ciberfísicos (Brito, 2016).

A 1ª Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, é considerada, junto com a Revolução Francesa de 1789, marco fundamental da modernidade. O campo definitivamente subordinou-se à cidade que se tornou o destino de milhões de pessoas em busca de trabalho. As pequenas manufaturas foram substituídas pela grande maquinofatura. A separação entre trabalhadores e trabalhadoras dos meios de produção consolidou-se, restando-lhes como única alternativa de sobrevivência a venda de sua força de trabalho aos proprietários das indústrias. Marx e Engels (2010) afirmaram em seu clássico Manifesto do Partido Comunista que o modo de produção capitalista tendia a dividir a sociedade em duas grandes classes sociais: a burguesia e o proletariado.

Transformações de tamanha envergadura não ocorreram sem sucessivas crises. As contradições entre a classe trabalhadora e a burguesia geraram tensões sociais expressivas. Crises sanitárias eram comuns. A exploração da força de trabalho não poupava mulheres, crianças, idosos etc. Uma das consequências diretas desse processo foi a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para exigir melhores salários e condições de trabalho, dando início a uma regulação do trabalho que só veio a se consolidar nas primeiras décadas do século XX. Além disso, surgiu na Europa Ocidental um forte movimento de crítica sistêmica que defendia a superação do capitalismo como modo de produção e sua substituição por uma nova forma de produzir e distribuir a riqueza, que ficou conhecido como Movimento Comunista.

Esse movimento exerceu enorme influência social, econômica e política a partir da segunda metade do século XIX e de grande parte do XX. Um conjunto de instituições modernas surgiram e se consolidaram a partir da sua força, como os sindicatos e partidos políticos modernos. Os próprios Estados-nacionais foram transformados e surgiu a democracia de massas, com participação cada vez mais ampla da população nos processos políticos e eleitorais.

Entre o final do século XIX e início do XX desenvolveu-se a 2ª Revolução Industrial. Esta ficou conhecida pelas transformações produtivas do modelo taylorista-fordista. Conhecida mundialmente pela utilização da esteira de produção, o sentido geral das mudanças visava maior controle sobre o tempo e os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras, tirando-lhes a autonomia que ainda tinham nas formas anteriores de produção. A resistência a sua implantação foi vencida com melhorias significativas na produtividade e no repasse de parte desses ganhos para os salários, especialmente na Europa Ocidental e nos EUA. Além das melhorias salariais, foi implantado o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Essa nova forma de organização do Estado foi decorrência da força social e política das organizações da classe trabalhadora nos cenários nacional e internacional.

O Movimento Comunista, vitorioso em 1917 na Rússia, saiu da 2ª Guerra Mundial fortalecido e contribuiu para que as elites políticas e econômicas europeias realizassem concessões às suas respectivas classes trabalhadoras receosas com o crescimento do Movimentos em seus países. O período que vai de 1945 até meados da década de 1970 é considerado por muitos como a era de ouro do capitalismo com altas taxas de lucro e crescimento econômico médio elevado (Antunes, 1995; Druk, 2001). Os mecanismos de repasse dos ganhos de produtividade para os salários também permitiram que grande parte da classe trabalhadora adquirisse melhores padrões de consumo. Além disso, o Estado desenvolveu uma ampla rede de previdência e assistência social; políticas públicas na saúde, educação, habitação, saneamento básico⁴ etc. Tudo isso dinamizou a economia dos que passaram a ser chamados de países do 1º Mundo. Este fenômeno ficou conhecido como Pacto Fordista: o grande capital realizou concessões à classe trabalhadora e esta, integrada ao sistema, acomodou seu ímpeto transformador.

O modelo taylorista-fordista também alcançou países da periferia⁵ do sistema como o Brasil, no que ficou conhecido como fordismo periférico (Druck, 2001). Porém, com uma série de particularidades. Os países periféricos receberam durante o século XX, especialmente na segunda metade, grandes fluxos de capitais oriundos da Europa e dos EUA que vinham em busca de matérias-primas e insumos, força de trabalho mais barata e novos mercados consumidores. O objetivo era compensar o aumento dos custos

-
- 4 Essas mudanças só foram possíveis nos marcos do Plano Marshal de reconstrução da Europa no pós-guerra. Os EUA, despondo como grande potência depois das guerras mundiais, financiaram grande parte dessa reconstrução, recebendo como contrapartida o compromisso de o dólar tornar-se padrão monetário internacional, no que ficou conhecido como acordo de Breton Woods.
- 5 Ao longo do século XX várias nomenclaturas foram utilizadas para os países que surgiram ao fim da colonização e não conseguiram se desenvolver plenamente. Depois da 2ª Guerra Mundial passaram a ser definidos como países de 3º mundo, enquanto as principais potências capitalistas foram definidas como 1º mundo e os países do bloco socialista como 2º mundo. Para padronizar o texto, optamos pelos termos periferia ou países periféricos.

com força de trabalho na Europa e nos EUA auferindo maiores taxas de lucros nos países mais pobres e com dificuldades para realizar investimentos devido aos históricos limites econômicos e políticos das suas trajetórias como ex-colônias.

Nos países periféricos, porém, não se desenvolveu plenamente o Estado de Bem-Estar Social, com direitos trabalhistas, rede de previdência e assistência social e políticas públicas atingindo somente uma faixa dos trabalhadores com vínculos formais, enquanto parte expressiva da população mantinha-se em condições de trabalho precárias e informais. A coexistência de uma minoria de trabalhadores com acesso à direitos sociais com uma enorme massa de desempregados ou precarizados gerava uma pressão para baixo dos custos com força de trabalho.

O cenário descrito acima não significou a paz dos cemitérios. As mesmas tensões sociais que varreram a Europa em seu desenvolvimento econômico chegaram aos países periféricos e se manifestaram de variadas formas: lutas anticoloniais na África e Ásia; lutas revolucionárias nas Américas e organização e mobilização da classe trabalhadora por melhores salários e condições de trabalho. Algumas dessas lutas obtiveram êxito, a exemplo da Revolução Cubana de 1959. Outras foram derrotadas com a instauração de regimes ditatoriais, como no Brasil (1964) e no Chile (1973).

O modelo taylorista-fordista, e sua forma específica de Estado, entraram em crise no início dos anos 1970. Segundo Antunes (1995) a crise do modelo se deu a partir da combinação de variados fatores, com destaque para a diminuição da produtividade, a ampliação da concorrência por mercados e a redução da taxa média de lucros.

Nesse quadro o grande capital, para retomar sua taxa de lucros, rompeu o Pacto Fordista que vigorava no pós-guerra e iniciou uma nova ofensiva contra a classe trabalhadora e suas organizações. O neoliberalismo entra em cena como modelo alternativo ao que estava em vigor, afirmando que o Estado deveria ter suas funções redefinidas, deslocando-se de qualquer responsabilidade empresarial direta e reduzindo seus custos com políticas sociais. Margaret Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos EUA e Pinochet no Chile foram os pioneiros na implantação dessas políticas. Desde então a privatização e a precarização das condições de trabalho tornaram-se uma tendência mundial.

Associada a essa nova posição política, estava em curso uma nova fase das transformações na produção, que ficou conhecida como 3ª Revolução Industrial. Também chamada de Toyotismo, essa nova forma de gestão da produção surgiu no Japão em um contexto de baixo crescimento econômico, mercado consumidor restrito e necessidade de produtos diversificados em quantidades limitadas.

O Toyotismo ficou caracterizado por buscar aumento simultâneo da produtividade e da capacidade de produzir pequenas quantidades de variados produtos, pelo

desenvolvimento de máquinas autônomas com parada automática em caso de defeito, redução da supervisão humana direta e pela diversificação das funções dos trabalhadores, transformando-os em multifuncionais ou polivalentes.

O desenvolvimento desse modelo esteve diretamente associado às novas tecnologias da microeletrônica e da internet. Além da base tecnológica, uma nova dinâmica global foi instaurada com a ruptura unilateral por parte dos EUA dos acordos de Breton Woods e a expansão das grandes corporações econômicas pelas mais variadas regiões do planeta em busca de mercados de trabalho mais flexíveis, o que é denominado por Chesnais (1996) como mundialização do capital.

A capacidade de pressão das organizações da classe trabalhadora reduziu substancialmente nas décadas de 1970 e 1980. Ampliação do desemprego e enfraquecimento das organizações sindicais foram as bases desse fenômeno. Porém a promessa de retomada do crescimento econômico do neoliberalismo não se realizou (Anderson, 1995).

Todas as mudanças do trabalho nos séculos XIX e XX tiveram como epicentro a indústria, mas não se resumiu a ela. As transformações da produção chegaram na agricultura e tiveram forte papel no surgimento e desenvolvimento de um amplo setor de serviços públicos e privados que, no fundamental, baseavam sua organização do trabalho nos moldes desenvolvidos no setor produtivo.

AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DA INDÚSTRIA 4.0

O início do milênio está marcado por um enorme salto tecnológico na indústria e nos serviços. Todas as mudanças ocorridas sempre tiveram como base os processos anteriores e o superaram. Não é diferente com as transformações atuais. Formas tradicionais e modernas convivem no mesmo tempo e espaço. Porém a tendência é que as novas tecnologias se tornem predominantes. O que vem sendo chamado de Indústria 4.0 é continuidade e intensificação, com saltos qualitativos, de variados aspectos presentes no Toyotismo.

A Indústria 4.0 é caracterizada pela diluição das fronteiras entre o físico, digital e biológico, integrando-os na produção e nos serviços. A internet deixa de ser uma rede de informações e comunicações entre os humanos e passa a integrar bens e espaços físicos, o que hoje é chamado de Internet das Coisas (IoT na sigla em inglês). Através da IoT é possível obtermos informações em tempo real do desenvolvimento, funcionamento e depreciação de peças e equipamentos, o que torna possível a manutenção preditiva (antes que o “defeito” apareça), o aprimoramento das tecnologias e seu uso a distância. Para tanto, é necessária uma gigantesca infraestrutura de informações em nuvem (cloud computing), dispensando grande parte dos arquivos físicos. Associada a essas duas

tecnologias, observamos o rápido desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA), capaz de impactar diversas funções humanas na indústria e nos serviços⁶.

Essas mudanças são percebidas no dia a dia de bilhões de pessoas em todo o mundo. Nossas formas de comunicação, acesso à informação, trabalho, lazer e consumo já estão inseridas nessas novas tecnologias⁷. O impacto social é desigual a depender das condições de renda, trabalho, qualificação e acesso às novas tecnologias. Porém já é possível observar os efeitos deletérios dessas novas tecnologias no mundo do trabalho.

Embora não sejam novidades, as formas precarizadas de trabalho têm aumentado em todo o mundo. Essa precarização⁸ é marcada pelo baixo acesso de milhões à proteção social que as formas anteriores garantiam através da formalidade das relações entre trabalhadores e trabalhadoras e as empresas, mediadas e reguladas pelo Estado. Crescem as formas de trabalho por plataforma e através da contratação de Pessoas Jurídicas (indivíduos ou pequenos grupos contratados através de CNPJ). Apresentadas como “formas livres” de trabalho, em sua grande maioria são mecanismos utilizados por grandes empresas para maximizar seus lucros reduzindo custos com força de trabalho e não se responsabilizando diretamente por ela. A forma jurídica da relação ou a propaganda ideológica do “trabalho livre” não é capaz de mudar sua natureza: trata-se de exploração da força de trabalho por grandes empresas (Antunes; Filgueiras, 2020; Filgueiras; Cavalcanti, 2020).

Essas transformações impulsionaram entidades empresariais a defenderem ampla flexibilização das leis trabalhistas no Brasil, ocorridas no Governo Temer (2016-2018). Rotulando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de obsoleta e com a promessa não realizada que sua flexibilização geraria milhões de novos empregos, as mudanças criaram melhores condições para que essas novas formas de trabalho crescessem sem regulação adequada.

O QUE FAZER?

Vivemos em tempos de convergência de várias crises: econômica, social, política, ambiental e energética. Tomar iniciativas tornou-se mais do que urgente. A sociedade civil, especialmente os setores democráticos vinculados às demandas da maioria do povo

6 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 37% dos postos de trabalho no Brasil sofrerão impactos da IA passando por mudanças significativas nas suas formas de trabalho. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/07/ia-pode-impactar-37-milhoes-de-trabalhadores-no-brasil-mulheres-tem-maior-risco-de-substituicao-aponta-oit.ghml>. Acessado em 20/03/2025 às 10h.

7 Consideramos também a relação entre as redes sociais e os novos padrões de produção e consumo como importantes fatores desses novos tempos.

8 Consideramos também a terceirização e quarteirização como parte dessas formas precárias de trabalho, porém optamos por não desenvolver essa análise para focarmos na questão das novas formas de trabalho em curso.

trabalhador brasileiro, deve tomar para si a responsabilidade de construir outros futuros possíveis.

Uma tarefa de tal dimensão não se resolve da noite para o dia. Exige criatividade, conexão entre as entidades civis e a população, constituição de frentes sociais e políticas e construção de alternativas sólidas.

Coloca-se como necessário reverter reformas de caráter regressivo realizadas nos últimos anos, a exemplo das reformas trabalhista e previdenciária. Associada a essa necessidade, é preciso formular, e mobilizar para sua implantação, uma legislação trabalhista e previdenciária moderna que garanta segurança, melhores salários e condições de trabalho dignas.

É importante superar os gargalos históricos das políticas públicas de saúde e educação do país. Pressionar os governos e parlamentos pela superação da situação crônica de subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da educação pública em todos os níveis. É possível e necessário nos apropriarmos das novas tecnologias para obtermos ganhos de qualidade e eficiência nas políticas públicas.

Um grande passo a ser dado é a construção de uma dimensão universal para as pautas específicas de cada segmento. A realização de uma sociedade democrática e mais justa só é possível se uma nova forma de distribuição da renda e da riqueza for construída. É preciso superar o modelo em vigor onde predomina a compressão do orçamento público para as políticas públicas e os investimentos e o favorecimento de um punhado de privilegiados do capital financeiro através do sistema da dívida pública e de um sistema tributário que privilegia os ricos e pune os mais pobres. Novos horizontes só serão possíveis com a mobilização da sociedade brasileira por outro futuro.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 1-13.
2. ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995.
3. ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
4. BRITO, Élcio. **Sociedade 4.0 e IoT**. Reunião CONIC-FIESP, São Paulo, 2016.
5. CAUSIN, J. IA pode impactar 37 milhões de trabalhadores no Brasil. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/07/ia-pode-impactar-37-milhoes-de-trabalhadores-no-brasil-mulheres-tem-maior-risco-de-substituicao-aponta-oit.ghml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

6. CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.
7. DRUCK, M. da G. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Editorial Boitempo, 2001.
8. FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 159, p. 11-41, jul./out. 2020. DOI <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.001>. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/19>. Acesso em: 25 mar. 2025.
9. MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATERIAIS PARA CONSULTA E APROFUNDAMENTO SOBRE O TEMA

Nessa seção, buscou-se apresentar algumas opções de materiais para que leitores(as) e, principalmente, os(as) organizadores(as) da SBEn em cada estado da federação, tivessem mais opções de mergulhar nesse tão profundo e importante tema da saúde planetária. Para além da linguagem escrita e dos textos acadêmicos, foram selecionados exemplos de materiais em outros formatos que permitem diferentes olhares e perspectiva. Não com a intencionalidade de esgotar o debate, nem limitar as vertentes desse debate, ao contrário, busca-se provocar o público leitor a buscar as contradições também presentes nessa temática e construir caminhos reais e práticas cotidianas transformadoras.

ARTIGOS

- Antunes, Ricardo, e Giovanni Alves. "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital". *Educação & Sociedade* 25 (agosto de 2004): 335–51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003> .
- Santos, Tania Steren dos. "Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital". *Sociologias*, dezembro de 2001, 170–98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000200008>.
- Santos, Thayene da Costa Campos, e Thaylla Soares Paixão. "A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação". *Revista HISTEDBR On-line* 14, nº 59 (2014): 67–84. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i59.8640348>.
- Saúde Planetária: um passo além do Environmental, Social e Governance (ESG). Cadernos EBAPE. BR, v. 21, n. 4, p. e89629, 2023. Available from: <https://doi.org/10.1590/1679-395189629>
- Saúde planetária: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sa%C3%BAde_planet%C3%A1ria
- Moraes Filho, I. M. de, & Tavares, G. G. (2023). Aprimorando a saúde planetária através da Atenção Primária à Saúde: Possibilidades de implementação. *REVISA*, 12(3), 439–442. Disponível em: <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/66>
- Medeiros, L. C. de . et al.. Reflexos da saúde planetária no processo transdisciplinar entre profissionais de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 32, p. e230004pt, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230004pt>

- Di Giulio, G.M., Waldman, E. A., Nunes, J., Buss, P.M., Jaime, P.C., Campelo, T., Ribeiro, H.. Saúde Global e Saúde Planetária: Perspectivas para uma transição para um mundo mais sustentável pós-COVID-19. Cien Saude Colet (2021/Sep). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.14332021>

DEMAIS PUBLICAÇÕES ESCRITAS

- Rafaela Brugalli Zandavalli ... [et al], organizadora. Pessoa e Clínica sob as Lentes da Saúde Planetária [livro eletrônico]: roteiro para educação na graduação da área da saúde - Porto Alegre: Edição dos autores, 2022, Volume 1. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/planetaria/Vol1PessoaCl%C3%ADnica.pdf>
- Rafaela Brugalli Zandavalli e Mayara Floss ... [et al], organizadoras. Pessoa e Clínica sob as Lentes da Saúde Planetária [livro eletrônico] : casos clínicos para atividades educativas - Porto Alegre: Edição dos autores, 2022, – Volume 2. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/planetaria/Vol2CasosClinicos.pdf>

OUTROS MATERIAIS

- Podcast - Clube Brasileiro de Saúde Planetária União dos estudantes para um planeta mais saudável. Disponível em: <https://sites.usp.br/cbsp/podcasts/podcasts-cbsp/>
- O 'histórico' acordo internacional para proteger parcela do planeta para a natureza. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64025985>

ASPECTOS ORGANIZATIVOS E OPERACIONAIS DA 86ª SBEn

ASPECTOS ESSENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DA SBEn

Em torno do Tema Central, espera-se que seja desenvolvida uma programação diversificada que evidencie os elementos e contradições do trabalho em Enfermagem nos âmbitos da atenção, formação, pesquisa, gestão, política e associativismo.

Em âmbito nacional, a 86ª SBEn será coordenada pela diretoria de Desenvolvimento da Prática Profissional e do Trabalho de Enfermagem. Em âmbito local, pela(o) presidente da Seção ou pessoas designadas para tal. Caberá à coordenação local o planejamento, a execução e a avaliação das atividades.

Para a constituição das comissões locais recomenda-se a participação de trabalhadoras(es), preceptora(es), docentes e estudantes das mais diversas áreas de atuação na Enfermagem. Espera-se que o planejamento da 86ª SBEn seja participativo, com o envolvimento amplo das associadas da ABEn.

Recomenda-se, ainda, a articulação das Seções com escolas e cursos de Enfermagem tanto de graduação quanto da educação técnica de nível médio, serviços de saúde, autarquias, sindicatos de saúde ou de Enfermagem, diretórios acadêmicos e outros espaços de organização social locais, tendo em vista a construção de uma semana integrada, que promova a articulação dos atores locais do campo profissional da Enfermagem em torno das discussões suscitadas pela SBEn.

Para as seções que incluam a apresentação de trabalhos em sua programação científica, orienta-se a elaboração dos Anais do evento. Para maiores informações sobre esse processo, contactar a diretoria nacional de comunicação e publicações da ABEn pelo e-mail: diretorapublicacao@abennacional.org.br.

PROGRAMAÇÃO NACIONAL

Desde 2020, a programação nacional da SBEn vem sendo realizada de forma on-line e híbridas, o que tem propiciado uma maior integração entre as seções e potencializado o caráter 'nacional' do evento. A orientação é que as seções incorporem a programação nacional na programação local, isso significa não somente a não concomitância de atividades, mas a inclusão das atividades nacionais na programação oficial da seção, seja mantendo como

atividade 100% remota, ou como atividade presencial com transmissão da programação nacional. Com isso, busca-se garantir a ampla divulgação e adesão das abenistas das diversas seções e trabalhadora(es) do campo da Enfermagem, de modo a potencializar as atividades e a qualidade do debate no âmbito nacional, além de permitir a interação entre associadas(os) em tempo real e impulsionar o papel e a força política da Enfermagem brasileira.

A 86ª SBEn em 2025 prevê a seguinte programação nacional:

12 de maio de 2025

18h - SOLENIDADE DE ABERTURA

18h30 às 20h - CONFERÊNCIA DE ABERTURA: Saúde planetária: desafios e a atuação crítica da Enfermagem

15 de maio de 2025

18h às 19h30 - LIVE: Práticas, educação e perspectivas no mundo do trabalho da Enfermagem para preservação da vida e sobrevivência planetária.

20 de maio de 2025

18h - RODA DE CONVERSA: Como a Enfermagem pode contribuir para uma agenda positiva para promoção da saúde planetária?

19h - DIVULGAÇÃO DOS VENCEDORES DO CONCURSO DE VIDEOS - Enfermagem na saúde planetária

ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades deverão ser implementadas de forma presencial e/ou virtual, por meio de conferências, simpósios, seminários, cursos, oficinas, rodas de conversas, exposições entre outras, direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras em Enfermagem, preceptores, pesquisadores, docentes e estudantes de Enfermagem, além de outros trabalhadores da saúde e de segmentos interessados.

As seções organizarão as atividades conforme sua capacidade de abrangência, articulação e mobilização. É importante reafirmar que as seções têm total autonomia, dentro da temática coletivamente definida, para adotar as atividades sugeridas e realizar outras atividades similares e/ou complementares. Reitera-se o cuidado com a não concomitância com a programação nacional.

As sugestões apresentadas podem ser úteis para a tomada de decisão por parte das comissões organizadoras. Trata-se de um conjunto de atividades possíveis e com alta capacidade de visibilidade e envolvimento da categoria. São elas:

- a) Sessões especiais síncronas e assíncronas em assembleias legislativas ou câmara de vereadores, onde a diretoria da ABEn seção possa apresentar dados da situação dos/as trabalhadores/as de Enfermagem e do sistema de saúde, seguindo-se as reivindicações locais e nacionais;
- b) Programação de espaços para discussão dos temas propostos, respeitando o momento definido para a sessão de abertura da semana e encerramento que terão horário marcado pela ABEn Nacional. É interessante convidar personalidades que tenham expertise para discorrer sobre o tema ao lado de colegas em posição de discutir a situação do trabalho em Enfermagem;
- c) Ação em espaço aberto para marcar e dar visibilidade ao posicionamento da Enfermagem sobre as diferentes pautas específicas da Enfermagem e da sociedade como um todo;
- d) Inclusão de organizações civis da Enfermagem no Estado, nas atividades, para firmarem os compromissos possíveis visando a proteção e a valorização da Enfermagem;
- e) Escrita e envio de manifestos e outros documentos às autoridades constituídas, para a categoria de apoio e incentivo e para a sociedade em geral;
- f) Reunião presencial ou virtual das Escolas e Cursos de Enfermagem para dialogar sobre a formação profissional e o andamento da discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo a capilarizar as discussões entre instituições das capitais e municípios do interior dos estados;
- g) Encontros realizados pelos Departamentos serão bastante interessantes no decorrer da SBEn, para debate sobre o tema com recortes específicos para as diferentes áreas de atuação da Enfermagem.

PLATAFORMAS DIGITAIS

A ABEn Nacional orienta que a Programação da 86ª SBEn, para além das atividades presenciais, seja incrementada com atividades *online*, com produção de materiais (CARD, *podcast*, vídeos, infográficos, *folders*, *jingle*, entre outros), uso de plataformas de acesso gratuito para realização de reuniões virtuais, *lives*, *web conferência*, comunicação em redes, dentre outras atividades. Isso ajuda a difundir a SBEn para quem não tem possibilidade de estar presencialmente, principalmente em regiões mais remotas de cada estado.

Fica a critério de cada Seção a escolha da plataforma para a realização da 86ª SBEn. Atualmente, existem no mercado diversas plataformas: DOITY, SYMPLA, VP Eventos,

Blackboard Collaborate, Planboard, Flipgrid, Padlet, Zoom, Meet, Teams, entre outras, lembrando que todas possuem alguma limitação para o uso gratuito e características particulares de acesso aos usuários. É importante que o(a) da atividade tenha proximidade com o uso da plataforma.

A transmissão das atividades pode ser realizada via YouTube da ABEn Nacional ou da Seção. Recomenda-se ampla divulgação das atividades nas redes sociais usando a interação via Instagram, Facebook, Twitter, E-mail e no Portal da ABEn. É de fundamental importância marcar a ABEn Nacional nas postagens em redes sociais, para ampliar o engajamento e a difusão de informações.

ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

Sugere-se a mobilização dos participantes por diferentes meios de comunicação como murais, jornais, boletins, folhetos, rádio, televisão, mídias digitais, dentre outros.

Considera-se importante o envio de convites, com divulgação das atividades e solicitação de parcerias, para diretorias de Enfermagem de serviços hospitalares e gerentes de unidades de saúde e de Enfermagem, direções de escolas de graduação, pós-graduação e de nível médio, diretorias de sindicatos e associações da categoria e da área de saúde, conselhos de saúde e entidades estudantis.

SUGESTÕES

- **Articulação direta com escolas e sindicatos**
 - Ofícios e convites oficiais: enviar comunicados institucionais para diretores de escolas de Enfermagem, sindicatos e gestores de saúde, destacando a importância da participação na SBEn;
 - Reuniões virtuais e presenciais: promover encontros para explicar a programação, sugerir atividades e esclarecer dúvidas sobre a organização local;
 - Parcerias com coordenações de cursos: incentivar professores e coordenadores a incluírem debates sobre saúde planetária nas atividades acadêmicas durante o período da SBEn.
- **Incentivo à organização de atividades locais**
 - Simpósios e rodas de conversa: estimular que escolas e sindicatos organizem debates sobre Saúde Planetária e o papel da Enfermagem na sustentabilidade;
 - Sessões temáticas: promover palestras com especialistas em mudanças climáticas e saúde pública dentro das instituições;

- Concursos e Projetos Estudantis: propor desafios acadêmicos, como produção de vídeos, artigos e cartazes, premiando os melhores trabalhos.
- **Mobilização política e institucional**
 - Sessões especiais em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais: propor que os sindicatos e escolas participem de audiências públicas sobre o impacto das mudanças ambientais na saúde;
 - Manifestos e Cartas Abertas: elaborar documentos a serem assinados por trabalhadora(es) e estudantes em apoio à temática da SBEn.
- **Engajamento de estudantes**
 - Lideranças estudantis: mobilizar diretórios acadêmicos e ligas estudantis para organizarem eventos e participarem ativamente da semana;
 - Atividades práticas e ações comunitárias: estimular que estudantes realizem ações educativas sobre saúde planetária em escolas, postos de saúde e comunidades.
- **Engajamento digital e comunicação estratégica**
 - Uso de WhatsApp e Telegram: criar grupos regionais para coordenar atividades e incentivar a troca de experiências entre as seções estaduais da ABEn;
 - Campanha nas Redes Sociais: utilizar hashtags unificadas, postagens com depoimentos de profissionais incentivando a participação, por exemplo;
 - Kit de Divulgação: criar materiais gráficos com identidade visual unificada (cards, vídeos curtos, templates), para facilitar a comunicação nas instituições e sindicatos.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS PELAS SEÇÕES ESTADUAIS DA ABEn

Para a elaboração do relatório síntese da seção, recomenda-se o preenchimento do relatório de cada atividade desenvolvida, conforme modelo e instruções aqui dispostos.

Solicitamos que o relatório seja enviado para os seguintes e-mails: ABEn Nacional: aben@abennacional.org.br, com cópia para Vice-Presidenta (vicepresidente@abennacional.org.br) e Secretaria-Geral (secretariageral@abennacional.org.br), no período entre 09 e 18 de junho de 2025, conforme modelo a seguir.

A partir dos relatórios das seções, a diretoria nacional elaborará o relatório síntese, que comporá o “Relatório Anual de Atividades” e será apresentado no CONABEn a ser realizado no segundo semestre de 2025.

MODELO PARA CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 86ª SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

SEÇÃO _

1. Título da atividade:
Ações realizadas:
Modalidade de evento:
Conferência ou palestra () Oficina () Roda de conversa () Outra ()
.....
 0. Responsáveis pela atividade (planejamento, desenvolvimento e identificação dos grupos envolvidos):
 0. Número e breve descrição do perfil dos participantes:
 0. Breve descrição do conteúdo desenvolvido. (Anexar a Programação):
 0. Avaliação da atividade pelos responsáveis/coordenação:
 0. Avaliação pelos participantes:
 0. Comente sobre a contribuição da atividade para ampliação do conhecimento relativo ao tema da 86ª SBEn:
 0. Sugestões para a 87ª SBEn - Centenário ABEn.
 0. Responsável pelo relatório: